

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a execução dos serviços de engenharia da obra de AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PRESIDENTE KENNEDY, localizado na Rua Presidente Kennedy, S/N, Setor SESP, Augustinópolis/TO, possui área total de intervenção 144,55 m². Conforme Planilha Orçamentaria, Cronograma Físico - Financeiro, BDI, Memoria de Cálculo, Memorial Descritivo, Projetos e RRT do âmbito da Prefeitura Municipal de Augustinópolis.

ESPECIFICAÇÃO: a especificação detalhada do objeto constará no “item 5” deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação decorre da demanda crescente por espaço físico adequado para atendimento aos alunos do Sistema Municipal, garantindo melhores condições estruturais, pedagógicas e de segurança aos usuários da unidade escolar.

A ampliação proposta está devidamente embasada em estudos técnicos e documentação produzidos pela área de engenharia da Prefeitura Municipal de Augustinópolis, incluindo: Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, BDI, Memória de Cálculo, Memorial Descritivo, Projetos Arquitetônicos e Complementares, além da RRT – Registro de Responsabilidade Técnica do profissional responsável. Esses documentos norteiam a metodologia construtiva, a composição de custos e o escopo dos serviços, atendendo às normas técnicas vigentes e aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na legislação federal.

Considerando que a Administração Pública deve promover a correta adequação de sua infraestrutura escolar para assegurar a execução das políticas públicas de educação, a ampliação é medida imprescindível para aprimorar a capacidade de atendimento, adequar salas e ambientes às normas educacionais e garantir condições dignas de aprendizagem. Assim, verificou-se a necessidade de contratação de empresa devidamente capacitada tecnicamente para a execução dos serviços, cujas especificações exigem profissionais e equipamentos especializados, o que inviabiliza sua realização pelos meios próprios da Administração.

A contratação de empresa especializada justifica-se devido à complexidade técnica inerente às atividades de engenharia necessárias à execução da obra de ampliação da Escola Municipal Presidente Kennedy. Os serviços incluem intervenções estruturais, instalações elétricas e hidráulicas, acabamentos, acessibilidade e demais etapas previstas nos projetos e memoriais, as quais demandam mão de obra qualificada, materiais específicos e gestão técnica adequada, não disponíveis no quadro funcional próprio da Prefeitura.

O processo de contratação visa assegurar que a execução da obra ocorra com qualidade, segurança, economicidade e conformidade técnica, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente e responsável. A definição do valor estimado baseou-se em orçamento previamente elaborado pela equipe técnica com fundamento em composições de custos atualizadas, observando parâmetros oficiais de referência, o que confere transparência e compatibilidade aos preços orçados.

Além disso, a obra é essencial para atender a demanda crescente de alunos e proporcionar melhorias estruturais concretas, como ampliação de salas, ambientes administrativos e áreas de convivência, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade do ensino ofertado no município. O investimento ainda promove adequações às normas de acessibilidade, segurança e conforto ambiental, assegurando cumprimento às exigências legais e normativas que regem edificações públicas educacionais.

Dessa forma, demonstra-se plenamente justificável a contratação de empresa especializada, sendo o processo licitatório o meio adequado para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade e economicidade, assegurando à Administração a execução da obra com qualidade e no prazo previsto no Cronograma Físico-Financeiro.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente solução prevê a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de engenharia necessárias à ampliação da Escola Municipal Presidente Kennedy, localizada na Rua Presidente Kennedy, S/N, Setor SESP. A obra será conduzida conforme diretrizes técnicas e normativas vigentes, garantindo segurança, acessibilidade e eficiência na utilização do espaço.

A execução dos serviços envolve intervenções estruturais, arquitetônicas, hidráulicas, elétricas e de acessibilidade, conforme projetos e memoriais descritivos disponibilizados pela Administração. Entre as principais ações previstas incluem-se:

- Demolições e remoções de elementos comprometidos e inservíveis;
- Reforma de ambientes existentes, com recuperação de revestimentos, pisos, coberturas, pintura e instalações prediais;
- Ampliação de áreas físicas, visando criar espaços adicionais necessários ao pleno funcionamento da escola;
- Adequações de acessibilidade, em conformidade com a ABNT NBR 9050;
- Atualização das instalações elétricas e hidráulicas, garantindo segurança e eficiência;
- Implantação de melhorias funcionais, com redimensionamento de espaços, ventilação, iluminação e circulação;
- Tratamento de áreas externas, incluindo drenagem, pavimentação e paisagismo, quando previstos em projeto;
- Instalação de equipamentos e complementos construtivos, conforme especificações do projeto arquitetônico.

A solução considera a entrega de uma obra completa, funcional e em plena operação, obedecendo às normas técnicas vigentes, às boas práticas de engenharia e às exigências de segurança.

A execução deverá ser realizada com responsabilidade técnica de profissional habilitado e acompanhada pela fiscalização designada pela Administração. A contratada será responsável pelo fornecimento de toda mão de obra, materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e logística necessários à execução do objeto.

Com a implementação desta solução, a Escola Municipal Presidente Kennedy passará a oferecer um ambiente mais seguro, acessível, adequado, moderno e

funcional, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de ensino, trabalho e atendimento à comunidade escolar. Além disso, a ampliação da unidade contribui para a preservação do patrimônio público e para a eficiência na oferta de serviços educacionais.

4. ESCOLHA DA MODALIDADE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A execução dos serviços será realizada por meio de um processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme disposto no Art. 6º, XXXVIII Lei nº 14.133/2021 garantindo a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, desde que atenda a todas as especificações técnicas e demais exigências do edital de licitação.

A utilização desta modalidade é especialmente relevante para serviços especiais de engenharia, como a reforma e ampliação de prédios públicos, que exige alta qualificação técnica e comprovação de capacidade técnica específica.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTO ESTIMADO

Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão, em suma, de Construção Civil, sendo a execução da obra pautada nos seguintes serviços:

01. Serviços preliminares;
02. Demolições e retiradas;
03. Fundação/Infraestrutura/Superestrutura;
04. Alvenaria;
05. Esquadrias;
06. Cobertura/Forro/Calha;
07. Impermeabilização;
08. Revestimento de paredes;
09. Pavimentação;
10. Pinturas;
11. Instalação Elétrica;
12. Tubulação e drenos ar condicionados;
13. Rede lógica e cabeamento estruturado;



14. Instalação de Águas Pluviais;
15. Instalação Sanitária;
16. Louças/bancada/metals.

O custo foi verificado após a realização dos projetos, nos quais a equipe técnica concluiu que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um orçamento para a obra com a descrição dos serviços a serem executados por meio da tabela SINAPI 09/2024, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

Estima-se a contratação em **R\$ 377.430,03 (trezentos e setenta e sete mil, quatrocentos e trinta reais e três centavos)**. Essa estimativa foi obtida a partir da planilha orçamentária da obra, elaborada com base no levantamento e na quantificação dos serviços, realizados por meio da leitura e análise dos projetos. Em seguida, foi feito o cálculo dos custos unitários, utilizando composições de custo unitário das Tabelas Referenciais do SINAPI 09/2024.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1.1. Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura do contrato e ordem de serviço;
- 8.1.2. Proporcionar todas as condições para que a licitante possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;
- 8.1.3. Publicar o extrato da Ata e instrumento contratual, na forma da Lei;
- 8.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da(s) licitante(s) vencedora(s);
- 8.1.5. Efetuar o pagamento devido pelo serviços efetivamente realizado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 8.1.6. Emitir Nota de Empenho e Nota de Fornecimento, a medida da contratação;
- 8.1.7. Acompanhar e fiscalizar a contratação, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as notas fiscais e efetuar o pagamento;



- 8.1.8. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução da contratação;
- 8.1.9. Comunicar, imediatamente, à Contratada as irregularidades verificadas na contratação;
- 8.1.10. Recusar receber os produtos licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização.

8.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.2.1 Executar de acordo com a sua proposta, normas legais, edital e cláusulas contratuais, o serviço pactuado, assumindo inteira responsabilidade por eles;
- 8.2.2 Prestar à Administração todas as informações e dados por ela solicitados, desde que disponíveis e do conhecimento da prestadora;
- 8.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega dos produtos de acordo com a Lei 14.133/2021;
- 8.2.4 Atender prontamente a quaisquer exigências da Prefeitura ou Secretaria solicitante, inerentes ao objeto do presente termo de referência;
- 8.2.5 Comunicar à Secretaria Municipal, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.2.6 Os preços cotados devem incluir as despesas de custo, como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;
- 8.2.7 Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante;
- 8.2.8 Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 8.2.9 Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do Contrato;
- 8.2.10 Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- 8.2.11 Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato;



8.2.12 Havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado do art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

9 DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

9.1 Habilitação Jurídica

- Certidão simplificada ou de inteiro teor da Junta Comercial ou repartição competente, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, com todas as alterações e documento de eleição dos administradores. Registro do ato constitutivo e prova de administradores em exercício para sociedade simples.
- Inscrição comercial para empresário individual;
- Decreto de autorização, para empresa estrangeira.
- Instrumento de Compromisso de Constituição de Consórcio, incluindo: Indicação da empresa líder, Compromisso de responsabilidade solidária, compromisso de não alterar o consórcio sem anuência, declaração de que o consórcio não se constitui em pessoa jurídica distinta, definição da participação de cada consorciado, duração do consórcio, declaração de arquivamento do instrumento de constituição do consórcio, declaração de atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no CNPJ.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal.
- Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, Fazenda Estadual e Fazenda Nacional (certidão SRFB e PGFN).
- Prova de regularidade com o FGTS.
- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- Demonstração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

9.3 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;



- Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais. Índices financeiros:
 - Liquidez Geral igual ou superior a 1,00.
 - Liquidez Corrente igual ou superior a 1,00.
 - Solvência Geral igual ou inferior a 1,00.
 - Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% do valor da proposta.
- Demonstrativos contábeis do último exercício social.
- Certidão de registro contábil para escrituração contábil digital.
- Documentação econômico-financeira individual, para o caso de consórcios.

9.4. Qualificação Técnica

- Certidão de Registro e Quitação do CREA ou CAU para pessoa física e jurídica.
- Comprovação de responsável (is) técnico (s):
 - Profissionais de nível superior registrados no CREA ou CAU.
 - Atestados de responsabilidade técnica e Certidão de Acervo Técnico (CAT).
- Declaração de execução dos serviços por profissionais não registrados na Certidão de Registro e Quitação.
- Comprovação de vínculo entre profissional e empresa.

9.5 Disposições Gerais da Habilitação

- Documentação deve referir-se ao CNPJ de credenciamento.
- Documentos devem estar dentro do prazo de validade estabelecido.
- Declaração de superveniência de fato impeditiva da habilitação.
- Declaração de não utilização de mão-de-obra de menores.
- Declaração de inexistência de Servidor Público da Prefeitura Municipal de Augustinópolis/TO no quadro de pessoal.

10 GARANTIA DA PROPOSTA

A licitante interessada deverá apresentar comprovante de garantia de participação, efetuada através de qualquer uma das modalidades previstas no caput do art. 58 da Lei 14.133/2021, no valor de 1% do valor estimado do certame, com prazo de validade não inferior a 60 dias a partir da data de abertura do certame, sendo recolhida antes do início do certame.

A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 dias úteis contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

A recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos necessários implicará na execução do valor integral da garantia de proposta.

A garantia de proposta, a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida nas seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, ou título de capitalização com resgate pelo valor total.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será feito em conformidade com o disposto no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na minuta contratual, que será anexada ao edital.

12. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

Mediante prévia e expressa autorização da Contratante, a contratada poderá subcontratar parte do objeto licitado, observado o limite de 30% do valor total do contrato.

Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisitos de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional.

A autorização dada pela Contratante é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela contratada.

Cabe à contratada zelar pela perfeita execução do objeto do contrato, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade dos serviços, supervisionando as atividades da subcontratada e respondendo direta e

solidariamente perante a Contratante pelo cumprimento das obrigações que forem objeto de subcontratação. Não serão realizados pagamentos diretamente às subcontratadas.

Demais requisitos serão pormenorizados no Edital de Licitação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados mediante apresentação de nota fiscal, contendo a data de emissão, valor unitário, valor total, endereçada a Prefeitura Municipal ou ao Fundo solicitante, com seu respectivo CNPJ e endereço e menção ao procedimento licitatório e ao respectivo contrato.

O gestor do contrato somente atestará o serviço e liberará a(s) Nota(s) Fiscal (is) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuadas.

Para habilitar-se ao pagamento a empresa deverá protocolar na Sede da Prefeitura, Nota Fiscal especificando o serviço, devendo estar formalmente atestado pelo servidor designado para tal.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal discriminando o produto, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias.

Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da Nota Fiscal somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal.

Eventual erro nos valores constantes da nota fiscal será comunicado à Contratada, ficando o pagamento sustado/suspenso até a correção do erro.

A administração Municipal reserva-se o direito de recusar do pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não tiverem em perfeitas condições de desempenho ou estiverem em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas, ou no caso das condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal e

trabalhista, não serem devidamente cumpridas.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão estabelecidas as sanções aplicáveis a empresa contratada no caso de não execução na íntegra dos serviços especificados conforme regras estabelecidas em instrumento contratual específico, obedecendo o previsto no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

15. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado, conforme hipóteses;

As demais hipóteses e condições para a prorrogação da vigência do contrato serão disciplinadas pelo instrumento contratual elencadas na Lei Federal nº 14.133, de 2021;

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 07.15.00 – FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

UNIDADE: 07.15.02 - FUNDEB – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

12.365.0404.1.072 – IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM ESCOLAS MUNICIPAIS

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHA: 001022

FONTE: 1.571.0000.00000 – R\$ 250.000,00 - TRANSFERÊNCIA DO ESTADO REFERENTE A CONVÊNIO E OUTROS REPASSES VINCULADOS À EDUCAÇÃO.

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FICHA: 001022

FONTE: 1.500.1001.00000 – R\$ 127.430,03 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO.

17. DA VISTORIA – VISITA TÉCNICA

Recomenda-se às licitantes interessadas a vistoria do local onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas, de acordo com as necessidades locais, visando à efetiva prestação dos serviços.

A visita técnica poderá ser realizada por um engenheiro civil, arquiteto ou urbanista pertencente ao quadro técnico do licitante, munido dos seguintes documentos: carta de credenciamento, carteira de trabalho ou ficha de registro de empregado e carteira de identidade expedida pelo CREA ou CAU, ou pelo proprietário, em conformidade com o Acórdão TCU nº 4.968/2011.

A visita técnica é facultativa, podendo ser realizada até o último dia anterior à abertura do certame, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(63) 3456-1739**.

A visita partirá da Sede da Prefeitura Municipal e será coordenada pelo responsável designado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Públicos, que ao final emitirá atestado de comparecimento dos interessados.

Nenhum responsável técnico, ainda que credenciado, poderá representar mais de uma licitante. Durante a visita técnica, o interessado, por seu representante, deverá observar atentamente as condições de implantação das obras, solicitando ao engenheiro coordenador da visita os esclarecimentos necessários e pertinentes.

Quando da não realização da visita técnica, o licitante deverá obrigatoriamente apresentar Declaração emitida pelo próprio licitante, atestando que ele conhece as condições referentes à execução da obra.

18. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo Sr. **JOÃO VICTOR COSTA PAIVA**, fiscal de contratos, à qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contratado, o agente fiscalizador dará ciência a contratada, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso afaste-se das especificações deste Termo de Referência e da proposta da Contratada;

Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa e encargos com pessoal e demais ocorrências, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário.

Augustinópolis – TO, 11 de dezembro de 2025.

RENATA PEREIRA DE
SOUSA
OLIVEIRA:93729014153

Assinado de forma digital por
RENATA PEREIRA DE SOUSA
OLIVEIRA:93729014153

RENATA PEREIRA DE SOUSA OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação